

**FAMÍLIA:
REPRESENTAÇÃO E COTIDIANO.
Reflexão sobre um trabalho de campo.**

Lucila Reis Brioschi
Maria Helena Bueno Trigo

TEXTOS CERU 1, 2ª Série, 1989 (esgotado).

Pesquisa financiada pela FINEP – dentro do PROJETO:
A utilização de técnicas não-escritas na pesquisa qualitativa
em Ciências Sociais

INDICE

Habitus e campo.....	3
Aproximação biográfica	7
Situações e Atitudes	16
Mães	20
Filhas	27
Passos e degraus	34
Bibliografia	39

HABITUS E CAMPO

Este trabalho é fruto da conjugação de dois tipos de preocupação dentro do campo sociológico: o conhecimento substantivo da noção de família e a utilização de métodos e técnicas qualitativos para o estudo do social. A preocupação com o conceito de família decorre de trabalhos anteriores das autoras, assim como das discussões travadas durante os seminários mensais do Grupo de Trabalho “Família e Sociedade” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) REALIZADOS NOS ANOS DE 1983 A 1985. No campo metodológico procuramos um refinamento das técnicas e reavaliação de métodos qualitativos, notadamente os associados ao trabalho com relatos de vida e depoimentos orais, levados a efeito por equipes de pesquisadores do Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

O Grupo de Trabalho “Família e Sociedade” é constituído por pesquisadores de formação acadêmica variada – sociólogos, antropólogos, historiadores, demógrafos – atuando em diversas áreas, e em contato direto com economistas, médicos, planejadores urbanos e outros profissionais. Os contatos interdisciplinares trouxeram para o centro das discussões problemas relevantes ligados à formulação de uma linguagem comum, principalmente no que diz respeito às conceituações adotadas. A primeira dificuldade surgiu com a própria conceituação de família. Havia necessidade de uma concordância mínima entre os participantes sobre o que fosse uma família, para se ter certeza de que todos tratavam do mesmo objeto de estudo.

Outro ponto significativo nas discussões foi a divergência entre antropólogos e demógrafos no estabelecimento dos critérios para a delimitação de uma família: laços de parentesco ou domicílio. Dessa divergência surgiram algumas críticas aos levantamentos dos Censos Demográficos como fonte para estudos da estrutura e organização da família brasileira: a ênfase na residência comum, segundo os antropólogos, é responsável por uma superestimação das unidades nucleares, ocultando a importância das famílias enquanto redes de ajuda mútua.

Por outro lado, o estereótipo da família formada por um casal e seus filhos foi considerado, por profissionais ligados ao atendimento de populações mais pobres, como gerador de preconceitos e discriminação contra mulheres chefes de família.

Esses poucos exemplos de divergências surgidas nos seminários de família (como eram conhecidos) permitem verificar que a conceituação de família tem importância política imediata no trato dos problemas do cotidiano da população – seja seu diagnóstico, seja seu atendimento.

Além dessas questões de cunho atual, a perspectiva histórica esteve presente nos debates sobre as transformações e/ou crise da família moderna, nas modificações por que vem passando as suas estruturas e seus valores, desde os tempos coloniais. Dentro desse quadro encontram-se as teses sobre a nuclearização da família brasileira, já suficientemente criticadas (Correa, 1981), lado a lado com posturas dogmáticas. Entre os exemplos extremos mais conhecidos estão o feminismo (notadamente na sua vertente histórico-estrutural)

Família: Representação e Cotidiano

preconizando a transformação da família como condição para a implantação efetiva da sociedade socialista e da libertação da mulher (Muraro, 1975; Saffiotti, 1976; Moraes, 1976 e 1981) e a posição da igreja católica considerando a família “célula básica da sociedade” e cuidando de sua preservação como princípio fundamental à própria continuidade da espécie (Medina, 1969 e 1974; Prandi, 1981).

Para os objetivos do presente trabalho, foram de grande importância duas constatações feitas a partir das reflexões sobre os seminários de família:

1. Família é um campo de estudo que facilmente mobiliza conteúdos emocionais colocando a subjetividade do pesquisador em evidência. Nesse sentido, é comum a confusão entre o quadro conceitual utilizado pelo pesquisador e seu próprio modelo de família.
2. A dificuldade em conceituar claramente o que seja família entre os pesquisadores, impede um maior avanço em abordagens que procuram conhecer a visão de famílias a partir do ponto de vista das pessoas comuns.¹

Sendo pois, um objeto empírico que faz parte da experiência de vida da totalidade dos indivíduos, no que diz respeito à sua associação com o processo biológico da reprodução, as relações familiares são facilmente naturalizadas. Assim, reduzem-se as diferenças observáveis entre estruturas e organizações familiares para se proclamar a existência d'A FAMÍLIA, definitiva e eterna. As posições estruturais no contexto familiar são tomadas como universais e constantes, ou até mesmo sagradas e intocáveis, dependendo do tipo escolhido de abordagem. Neste caso específico encontra-se a definição do papel da mulher dentro da família. Mulher e família são dois termos interligados tanto pelos defensores, quanto pelos que se colocam contra a instituição familiar.

Reafirmando essa íntima ligação, constatou-se uma proliferação de estudos e pesquisas sobre mulher e família, tanto no plano nacional quanto no internacional, a partir dos anos 70. Esse aumento foi um dos resultados dos problemas levantados pelos movimentos feministas dos anos 60 (Correa, 1984). Contudo, os temas mulher e família têm sido colocados tanto de forma paralela quanto como relação antagônica: aqueles que acentuam o papel da família como base da organização social tendem a assumir como pressuposto indiscutível, a submissão da mulher ao mundo familiar. De outro lado, para o movimento feminista, a família passou a ser vista como um empecilho ao pleno desenvolvimento das potencialidades femininas e à conquista de sua cidadania². Só mais recentemente tem surgido a preocupação em apreender as maneiras como as pessoas percebem, contam e vivem suas experiências familiares, deixando de lado os *a priori* tanto em relação à condição feminina quanto à imagem ideal de família (Salem, 1980; Lins de Barros, 1987).

Pretendendo avançar nessa perspectiva, procuramos conhecer as representações de família elaboradas por mulheres pertencentes a duas classes sociais distintas e a duas gerações (mães e filhas). Isto é, pretendemos saber como esses mulheres pensam as respectivas famílias e se pensam em relação a elas.



1. Mais recentemente tem se desenvolvido pesquisas em que as representações de família são colocadas como objeto de conhecimento, no Programa de Pós-Graduação em antropologia do Museu Nacional. (Salem, 1986).

2. Como exceções a essa colocação simplificada da questão, v. Mitchell, 1967 (para uma discussão teórica) e Michel, 1974; Bott, 1976; Machado Netto, 1980; Lomnitz e Lizaur-Pérez, 1981.

Família: Representação e Cotidiano

O estudo de representações de família feito através dos discursos de algumas mulheres traz consigo implicações teóricas e metodológicas que precisam ser explicitadas.

Entendemos por representação a elaboração subjetiva, mental, que os indivíduos fazem das suas condições materiais de vida. Consideramos que as estruturas econômicas e sociais possuem tanto uma realidade subjetiva incorporada pelos indivíduos quanto uma realidade objetiva que transcende os agentes sociais que lhe dão visibilidade e concretude. Nesse sentido, "(...) o individual e o social, as estruturas internas da subjetividade e as estruturas sociais externas (...) longe de serem estranhas por natureza e de se excluírem mutuamente, são ao contrário dois estados da mesma realidade, da mesma história coletiva que se depositam e se inscrevem simultânea e indissociavelmente, no corpo e nas coisas." (Accardo et alii, 1986: 55). As representações individuais, portanto, exprimem uma situação de vida e uma posição social determinadas.

A interpenetração das estruturas subjetivas (as representações) e objetivas (a estrutura social) pode ser apreendida através do conceito de habitus de classe. Esse conceito foi elaborado por Bourdieu dentro da preocupação de construir uma teoria da prática que superasse a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo (Ortiz, 1983), isto é, entre a reificação do social que desconhece os indivíduos e o subjetivismo que toma a sociedade por uma somatória de individualidades. A relação indivíduo/sociedade, dentro dessa perspectiva teórica, é pensada como "uma relação entre a histórica objetivada e materializada sob a forma de instituições e a história incorporada sob a forma de um sistema de disposições duráveis (...) o habitus" (Bourdieu, 1980:87).

O habitus é entendido como um conjunto de disposições a agir, pensar, perceber e sentir de uma maneira determinada; é o princípio gerador das práticas e representações. O habitus expressa-se por uma aptidão dos agentes para se orientar espontaneamente dentro do espaço social e a reagir de forma mais ou menos adaptada aos acontecimentos e situações (Bourdieu, 1972).

As disposições que definem o habitus são impostas aos indivíduos por um processo pedagógico contínuo e a ação pedagógica mais precoce é aquela que advém do grupo familiar. O habitus primário, adquirido dentro da família é o mais decisivo, uma vez que passa a condicionar todo o aprendizado posterior que se dá na escola, na convivência com grupos de amigos, nas relações de trabalho etc. Nesses termos, se a primeira educação, aquela recebida no âmbito doméstico vai influenciar toda a vida posterior dos agentes, a sua posição de classe, inerente a essa primeira educação permeará todos os campos de atuação em que se insira. Assim, receber uma educação é adquirir disposições a reproduzir espontaneamente, em pensamento e por pensamentos, palavras e ações, as relações sociais existentes no momento da aprendizagem. "O que é interiorizado é a lógica do sistema de diferenças que é o campo das classes sociais." (Accardo, 1983:151). No entanto, cada campo exerce sobre os agentes uma ação pedagógica diferente.

O conceito de campo emerge, pois, como de grande importância para a definição e delimitação do objeto de estudo. Consideramos que "um campo é um sistema específico de relações objetivas, que

Família: Representação e Cotidiano

podem ser de aliança e/ou conflito, de concorrência e/ou cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas, largamente independentes da existência física dos agentes que as ocupam.” (Accardo, 1983:55; v. Bourdieu, 1983:89 e ss.)

Todo campo possui certas características que lhe são próprias, permitindo a sua diferenciação dos demais. Cada campo é marcado por interesses específicos e regras de funcionamento próprias. As interações produzidas no interior de um campo são determinadas pela lógica de estruturação e funcionamento desse campo, que se impõe aos agentes.

No entanto, é o campo das classes sociais ou o “campo dos campos” que determina, de forma mais ou menos direta e intensa, o funcionamento dos outros campos sociais. A lógica inerente ao campo das classes sobrepõe-se à lógica interna dos demais campos.

Todo campo é também um espaço de lutas, de disputas pela apropriação e monopólio do seu capital específico. A cada momento o campo apresenta uma relação de forças que exprime o estado das disputas no seu interior. A valorização do capital específico do campo e os contínuos embates pela sua apropriação, longe de constituírem ameaça à estrutura social estabelecida, reforçam essa estrutura, pela legitimidade que conferem aos objetivos do campo.

Há, portanto, uma cumplicidade subjacente a todos os antagonismos: “Todas as pessoas que estão engajadas em um campo tem em comum um certo número de interesses fundamentais, a saber, tudo aquilo que está ligado à existência do campo.” (Bourdieu, 1983).

Os interesses de classe são retraduzidos no registro de todos os outros campos. Uma das formas que assume essa retradução é o “discurso de celebração”. Esses discursos colocam em evidência os valores específicos do campo, em torno dos quais se dão as disputas internas. A celebração específica do campo é sempre uma variante do discurso dominante, traduzido para a lógica de seu funcionamento.

Tendo em vista as considerações acima, podemos dizer que o estudo aqui proposto está delimitado ao campo das relações familiares focalizando não a sua totalidade mas a representação dos agentes colocados em posições definidas dentro dele: esposas/mães e filhas/futuras esposas. O problema proposto é conhecer configurações da noção de família ligadas ao habitus de classe, a partir das representações de alguns de seus agentes.



Considerando o referencial teórico e os objetivos da pesquisa, ou seja, de atingir as representações dos indivíduos, fez-se uma opção metodológica por procedimentos qualitativos. A coleta de dados através de relatos de vida dentro dos parâmetros do método biográfico pareceu-nos a mais adequada.

Todavia, as controvérsias em torno da metodologia qualitativa nos impuseram a necessidade de reflexões críticas sobre o assunto.

APROXIMAÇÃO BIOGRÁFICA

A Sociologia e a Antropologia defendem seu estatuto de ciências desde seu surgimento, no século XIX. Advogam a utilização de métodos científicos de investigação na apreensão de seu objeto – os homens, suas produções materiais e simbólicas e suas relações com outros homens. No trabalho de investigação e conhecimento da realidade social, até hoje têm lugar as discussões filosóficas em torno da objetividade científica, no interior das quais se insere a disputa entre métodos quantitativos e qualitativos.

A partir da década de 1970, houve um acirramento da questão, provavelmente pelo movimento cada vez mais pronunciado em direção aos métodos qualitativos. Estes invadiram o espaço até então ocupado hegemonicamente pelas técnicas quantitativas. Uma análise mais aprofundada dessa questão seria objeto de uma Sociologia do Conhecimento. O certo é que, paradoxalmente, pode-se afirmar que o desenvolvimento tecnológico favoreceu a efervescência dos métodos qualitativos, na medida em que o uso do gravador substituiu apontamentos manuscritos no campo ou mesmo memorizados de forma, muitas vezes, imperfeita ou incompleta. Paralelamente, fotografias antigas, que mal podiam ser vistas, puderam ser reproduzidas em cópias ampliadas e mais nítidas, sem falar nos recursos de filmagem e, mais recentemente, os VT puderam trazer a imagem viva e em movimento para dentro da sala do pesquisador (veja-se a discussão travada no 12º. Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, cujo tema é em si polêmico: “Som e imagem nas Ciências sociais: recursos de análise ou forma de apresentação de resultados?”).

O entusiasmo com as técnicas qualitativas fez com que as discussões travadas em torno da questão se restringissem à avaliação das vantagens e desvantagens de sua utilização. Poucas referências foram feitas aos pressupostos teórico-metodológicos envolvidos nessa prática de pesquisa em Ciências Sociais. Contudo, seria no mínimo ingênuo acreditar que discutir a metodologia de pesquisa social é polemizar, pura e simplesmente, sobre o uso e o manuseio mais rentável de técnicas sofisticadas. Ainda que, tendo sua importância no contexto geral da investigação, acreditamos que os aspectos técnicos estão subordinados aos objetivos da pesquisa e devem ser metodologicamente controlados.

Neste contexto, nossa preocupação é procurar pensar as implicações da técnica de entrevista aberta, discutindo suas possibilidades e limites. Isso nos leva inicialmente a reflexões sobre os pressupostos que fundamentam metodológica e epistemologicamente os processos de investigação social.

Uma certa euforia com os relatos de vida e sua utilização acrítica dentro da Sociologia deram início a uma série de discussões sobre os métodos e técnicas qualitativos, sua validade, alcance e limites para o conhecimento do social. O interesse pelo indivíduo como ator dentro de situações específicas surgiu tanto no plano da ciência como dos meios de comunicação de massa, colocando em evidência o “vívido”, o “típico”, o “regional” etc. (Abastado, 1983).

Família: Representação e Cotidiano

Dentro dos moldes científicos convencionais, definidos a partir da visão positivista do século XIX, método e técnica podem ser, assim, entendidos:

“Que é, então, método científico? Devo esclarecer, preliminarmente, que o vocábulo “método” não é sinônimo do vocábulo “técnica” (...) As técnicas, via de regra, variam de acordo com o assunto de que se trata e podem alterar-se, rapidamente, com o progresso tecnológico. De um lado, todas as ciências empregam um método comum em suas investigações, na medida em que utilizam os mesmos princípios de avaliação da evidência, os mesmos cânones para julgar da adequação das explicações propostas e os mesmos critérios para selecionar uma dentre várias hipóteses.” (Nagel, 1975:19, grifo nosso).

Se o chamado “método científico” vem sofrendo críticas nos vários campos científicos, nas Ciências Humanas profundas transformações metodológicas vêm ocorrendo. As epistemologias que fundamentam o processo de investigação social passam a incorporar elementos da Teoria da Comunicação, da Semiótica e da Lingüística.

No campo da Sociologia empírica, Bertaux (1980 e 1981) pretende levar às últimas conseqüências os procedimentos de ordem qualitativa, fundamentado na utilização dos relatos de vida. Recusando a imposição de um método científico para todas as ciências, conclui que o principal obstáculo para atingir o conhecimento sociológico “é precisamente a crença na Sociologia como uma ciência. Numa palavra: o positivismo.” (Bertaux, 1981:30). Criticando, por um lado o teorismo e por outro as pesquisas por amostragem representativa com base em questionários, o fetichismo dos números e o “rígido mal colocado”, Bertaux rejeita a Sociologia vigente e propõe uma radical transformação da prática sociológica. Para tanto, diz que: “a situação atual requer também uma explosão da imaginação teórica e metodológica. Todos os procedimentos empíricos, todas as audácias teóricas, todas as interpretações são permitidas para sair do paradigma quantitativo onde se quis encerrar o procedimento sociológico.” (Bertaux, 1985:278).

Como marca distintiva de uma nova prática sociológica que pretende conjugar observação e reflexão, Bertaux propõe que seu método seja denominado de aproximação biográfica (*approche biographique*). Ao contrário dos métodos usuais em Sociologia que distinguem as várias etapas de investigação – elaboração da problemática, formulação de hipóteses, construção de questionários ou roteiros de entrevista, coleta, processamento e análise dos dados – a aproximação biográfica dissolve o fazer fragmentado pela introdução da reflexão em todas as “etapas” da pesquisa, desde a elaboração teórica até a coleta de dados. Dentro dessa perspectiva, os relatos de vida tornam-se parte intrínseca de um procedimento metodológica e epistemologicamente definido, não podendo ser pensado como uma técnica a mais à disposição dos sociólogos.

Se o trabalho de Bertaux teve o mérito de colocar em evidência certos usos indevidos dos relatos de vida e propor a sua adequação a novas metodologias, cria alguns problemas para a incorporação mais generalizada de suas propostas, pelo caráter das mesmas: negação

Família: Representação e Cotidiano

do estatuto de ciência à Sociologia, associação estrita entre método científico e positivismo, oposição qualitativo/quantitativo sem deixar espaço para outras alternativas.

Discutindo a dissociação empiricista entre método e técnica de pesquisa, Thiollent (1980) mostra que esse fato decorre de uma postura de investigação que privilegia as técnicas, notadamente as de medição de opiniões e atitudes muito disseminadas na Sociologia nos últimos trinta anos. Na realidade, comenta Thiollent, “as técnicas de pesquisa não deveriam ser ensinadas como receitas ou instrumentos neutros e intercambiáveis, mas sim como dispositivos de obtenção de informação cujas qualidades, limitações e distorções devem ser metodologicamente controladas”. (Thiollent, 1980:22) Suas críticas dirigem-se, pois, à transformações dos meios de captação de informações em fins em si, numa supervalorização dos instrumentos de observação e reificação da técnica, que dispensa elaboração teórica.

Dessa maneira, critica não somente um procedimento científico convencional mas atinge, também, um “neo-positivismo” que se instalou dentro do empiricismo qualitativo: a transformação do discurso em coisa e a ausência de elaboração teórica *a priori*, visando permitir que os dados “façam por si só”.

Assim sendo, as reivindicações para o método qualitativo – o controle metodológico das técnicas e a explicitação de um quadro conceitual – não constituem, senão, um procedimento mais geral de pesquisa como coloca Bourdieu: “A mensuração, os instrumentos quantitativos e, de modo geral, todas as operações da prática sociológica, desde a elaboração de questionários e a codificação, até a análise estatística, são teorias em atos a título de procedimentos de construção, conscientemente ou não, dos fatos e de relações entre os fatos.” (Bourdieu, 1973:59).

Apesar de situadas no quadro geral das disputas entre métodos qualitativos e quantitativos, a disseminação da coleta de relatos de vida levantou uma série de questões sobre os procedimentos usuais da investigação sociológica.

Os defensores mais entusiastas do trabalho com histórias de vida consideram que o método é necessariamente histórico (a temporalidade contida no relato individual remete ao tempo histórico), dinâmico (apreende as estruturas de relações sociais e os processos de mudança) e dialético (teoria e prática são constantemente colocadas em confronto durante a investigação). Pela própria situação de entrevista estaria, automaticamente, superado o distanciamento na observação, sendo a pretensa neutralidade do investigador substituída pela relação de comunicação entre entrevistador e entrevistado. Percebe-se, pois, que a utilização dos relatos de vida como uma forma de superação do quantitativismo atinge, na realidade, a idéia de um universo social estático e imutável

Se os relatos de vida não se coadunam com uma postura positivista no processo de formulação da problemática e da coleta de dados, eles não estão isentos de cair em um “neo-positivismo” quando se trata de sua análise. Muito facilmente, a riqueza dos relatos de vida leva o pesquisador desprovido de um quadro conceitual explícito a reificar a narração, a tratar o discurso como coisa (Gagnon, 1981).

Família: Representação e Cotidiano

Como foi dito anteriormente, as técnicas não são isoladas dos métodos e das teorias que as colocam em ação. A proposta de uma nova prática sociológica exige do investigador uma reflexão sobre o seu procedimento – sobre o objeto investigado e a relação social implícita no processo de investigação – dentro do ponto de vista teórico adotado.

Nesse sentido, os relatos de vida, constituindo elementos fundamentais do método biográfico, exigem uma especificidade de procedimento (de resto, como qualquer outra técnica) mas coloca alguns pressupostos que merecem ser discutidos.



A reivindicação de um método e uma epistemologia próprios às Ciências Sociais decorrem de reflexões influenciadas pela fenomenologia e pela Sociologia Crítica. Como pressuposto mais geral e principal questionamento da aplicação de um “método científico” ao conhecimento da realidade social, está a afirmação de que o homem conhecendo o humano é diferente do homem conhecendo a natureza. A partir do reconhecimento da identidade de natureza entre sujeito e objeto, decorre uma mudança de postura na relação pesquisador/pesquisado na qual a objetividade e neutralidade deixam de ser pré-requisitos para a validade das observações e conclusões.

O processo de aproximação entre sujeito e objeto coloca em relação duas espécies de intencionalidade – a do sujeito que procura conhecer e a do sujeito “objeto do conhecimento”. Assim sendo, o investigador se depara, no processo de pesquisa, com um objeto que reage à sua presença, detém um saber que lhe é próprio decorrente de sua experiência de vida, capaz de atribuir significado às suas ações e ao seu discurso, expressando e articulando seus pensamentos à sua maneira. Essa é, justamente, a riqueza que se busca na coleta de relatos de vida.

Por seu lado, o investigador não é um observador neutro, pois, independente da postura adotada, leva para a situação de entrevista determinantes de classe, formação cultural, profissional, sexo e idade. Nesses termos, o processo de coleta de dados é percebido como um processo de comunicação e interação social no qual a neutralidade da observação é substituída por um questionamento, envolvendo as condições da situação de entrevista, em todos os seus aspectos.

A problematização da situação de entrevista implica numa tomada de consciência por parte do pesquisador das interferências que alteram a captação das informações e que devem ser consideradas nos trabalhos de análise e interpretação. Em outras palavras, a noção de neutralidade é substituída pela proposta de problematização da situação de entrevista, isto é, de que seja levado em consideração o caráter social da aplicação dos instrumentos. A própria situação de entrevista deve ser considerada como relação social, variando segundo as circunstâncias e por isso mesmo determinando a relação entrevistador/entrevistado.

Parece fundamental que o pesquisador esteja consciente de que a cada momento do processo de investigação sua subjetividade está presente. Portanto, por mais que procure captar dados “reais” e “objetivos”, o resultado é sempre uma interpretação, uma versão dos

Família: Representação e Cotidiano

fatos que poderá ser confrontada com outras. Assim, os esforços não devem ser mobilizados no sentido de anular as “interferências” da subjetividade, mas sim de conhecer e saber lidar com elas. No limite, seria possível dizer que o compromisso com o conhecimento objetivo não implica necessariamente anulação das crenças e das emoções do pesquisador. (Velho, 1981).

Na situação de entrevista a noção de observação é, pois, substituída pela de questionamento. Segundo Thiollent (1980), o ato de observar pressupõe um distanciamento, uma exterioridade em relação ao objeto que não exprime, adequadamente, o processo de comunicação que se estabelece no contato entrevistador/entrevistado. Também na perspectiva de superar a ilusão da neutralidade na situação de entrevista, Bertaux propõe unir observação e reflexão no método biográfico. Dessa maneira, os dados sensoriais obtidos pela observação devem ser elaborados pelo trabalho reflexivo. Portanto, em todas as etapas da investigação a reflexão estaria presente.

Se, no relato de vida o indivíduo fornece a matéria prima para o conhecimento sociológico, não é ele o objeto de estudo, e sim as relações nas quais encontra-se imerso. Como exemplifica Bertaux, os trabalhadores da indústria automobilística não constituem um bom objeto de estudo, mas sim, as relações capital/trabalho ou de maneira análoga não os eleitores, mas sim a relação entre a corporação política e o eleitorado. Os relatos de vida têm sido uma fonte bastante rica para os estudos sobre trajetórias de vida e mobilidade social, apreendendo as relações estabelecidas pelos indivíduos durante sua vida e indicando o sentido histórico e a dinâmica das relações sociais.

A apreensão da realidade vivida constitui o trabalho do pesquisador pois o objeto não se dá a conhecer de imediato: “O objeto da Sociologia, as relações sociais, não se apresenta jamais de forma imediata à observação. A relação é recoberta pela regra, pelo discurso e pela ideologia” (Tourraine, 1976: 18). Dentro dessa perspectiva, é importante que não se confunda o objeto real com o objeto de conhecimento, este último a representação do primeiro. (Thiollent, 1980).

A relativa obscuridade do objeto exige um trabalho de construção por parte do investigador, que através de sua reflexão sobre as informações disponíveis vai construindo, paulatinamente, o objeto do conhecimento.

Adotar essa postura teórica é aceitar que os dados não falam por si mesmos, mas perceber que se estabelece uma relação dialética entre teoria e prática: o sujeito reelaborando seus conhecimentos prévios em função do contato com o objeto e, com isso, podendo chegar a novos níveis de percepção desse mesmo objeto. Com isso fica clara a posição do investigador como construtor de um saber sociológico, a partir de categorias teóricas explícitas.



Dentro das novas preocupações com a teoria e a prática sociológicas, como já foi dito, é que os relatos de vida passam a ocupar lugar de destaque entre as técnicas de investigação e conhecimento do objeto social. Uma visão geral da sua evolução pode ajudar na compreensão do estado atual dos debates.

Família: Representação e Cotidiano

A Antropologia tem a mais antiga tradição na tomada dos relatos de vida, iniciada já no século XIX, associada à expansão colonial e à necessidade de trazer a imagem do “bom selvagem” para a cultura ocidental. Foi, porém, a partir da década de 1920 que o método de coleta de histórias de vida teve um grande desenvolvimento, ainda entre os antropólogos americanos, com o objetivo de registrar o testemunho de culturas em extinção e preservar um patrimônio que desaparecia sob o impacto colonizador.

No campo da Sociologia, apesar do uso mais restrito dos relatos de vida, durante essa primeira fase de sua utilização em bases científicas, cabe ressaltar investigações levadas a efeito pela Escola de Chicago. Dentro da perspectiva que ficou conhecida como interacionismo simbólico, os relatos de vida forneceram elementos para compreender “por dentro” categorias consideradas desviantes dentro da sociedade: vagabundos, prostitutas, delinqüentes, toxicômanos etc. (Bertaux, 1980).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o método biográfico passou a ocupar posição secundária na investigação social, em função da valorização da objetividade e rigor científicos, implícitos na quantificação. Além disso, se no estudo de sociedades primitivas os dados colhidos através das histórias de vida visavam efetuar inventários de culturas, de certa forma fixas e muitas vezes em extinção, observar sociedades contemporâneas implica, desde logo, entrar em contato com a concepção de dinâmica, de interação e com os conflitos que presidem a prática do cotidiano.

Durante esse período foram significativas e exemplares as obras de Oscar Lewis (1963) e Sidney Mintz (1960) que trouxeram a novidade do uso do gravador na construção de biografias em sociedades complexas. Pela primeira vez, também, penetrou-se na vida do proletariado para examinar como o colonialismo, o imperialismo e a pobreza afetavam o indivíduo e a sociedade. Assim, de certo modo, o método biográfico, tal como é empregado atualmente, é mais um questionamento da problemática e do objeto da antropologia, do que uma simples recuperação de uma técnica (Morin, 1980).

Na Antropologia francesa, bastante reticente em relação ao método biográfico, merece destaque especial a posição de Roger Bastide, que sempre propugnou contra uma Antropologia vazia e desumanizada, que se nega a procurar significações nas “zonas obscuras” da subjetividade (Bastide, 1948). Bastide foi sempre um defensor e divulgador do método das histórias de vida, tanto na França, como no Brasil (Pereira de Queiroz, 1953 e Moreira, 1953), ainda que consciente de suas dificuldades de aplicação.

Na História, o uso do método oral também data dos anos 20 e nasceu com a necessidade de estudar culturas iletradas com extensa tradição oral. Mais recentemente, a história oral tem sido usada como instrumento para captação de testemunhos de fatos ainda não arquivados, isto é, eventos políticos e histórias do passado recente e testemunhados por pessoas vivas, o que de certa forma, segundo Thompson (1980) aproxima a História e a Sociologia.

Família: Representação e Cotidiano

A partir dos anos 70 acentuou-se o interesse pelo uso de depoimentos pessoais na pesquisa social e vários estudos com o objetivo de procurar estabelecer a ordem conceitual e metodológica das “histórias de vida” surgem no cenário da produção científica.

O que caracteriza a utilização atual dos relatos de vida é a grande quantidade e variedade de estudos filiados às mais diversas escolas de pensamento, abordando meios sociais os mais diferentes e focalizando grande diversidade de objetos teóricos (Bertaux, 1980). No Brasil, um inventário preliminar realizado por Camargo, Rocha Lima e Hippolito em 1984 dá a dimensão da expressividade e extensão do uso da abordagem biográfica nas Ciências Humanas.

Como já dissemos, o recrudescimento do interesse pelo método biográfico pode ser explicado, no plano da prática, pela divulgação do gravador, possibilitando a transformação dos depoimentos em material arquivável. No nível mais teórico, foi significativa a ruptura na transmissão da informação oral de uma geração para outra, num ambiente social marcado pelas mudanças rápidas. Esses dois fatores reforçaram o desejo de se tentar captar em forma permanente os depoimentos daqueles que viveram as mudanças e fizeram parte de um passado que, ainda que próximo, está sempre em vias de ser superado.

No momento atual é possível tentar uma caracterização do que é o “relato de vida” usado pela Sociologia que difere, a nosso ver, do uso que fazem dele as outras disciplinas. Enquanto a História Oral usa o relato de vida como uma forma de obter informações sobre um passado recente para reconstruir ou ampliar o conhecimento sobre um acontecimento ou período, a finalidade é o conhecimento factual, as informações que ajudem o historiador a conhecer melhor determinado evento ou circunstância. O narrador, no caso um informante, é escolhido em função daquilo que sabe sobre o fato em questão e quanto mais ricos e precisos seus informes mais o material obtido estará contribuindo para o fim proposto. É o caso dos historiadores que se valem das informações orais para o estudo de culturas iletradas como já assinalamos. Mais recentemente, trabalhos como o de Paul Thompson (1975) ou, entre nós, o de Aspásia Camargo (1979), procuram ouvir relatos orais com a finalidade de obter dados sobre o passado recente. O cotejamento dos dados colhidos com outros documentos é fundamental nesses casos, uma vez que a preocupação com a veracidade é significativa para a pesquisa histórica.

A Sociologia considera de forma diversa a relação com o passado contida na narrativa de vida que seria, então, um testemunho da relação que o narrador mantém com a história (Lalive d'Épinay, 1985). Portanto, o material obtido será o fato ou o acontecimento em sua apresentação subjetiva, os eventos vistos sob o prisma e o crivo perceptivo do narrador. E assim, definitivamente vinculado a ele – o indivíduo e sujeito social. É nesse sentido, isto é, aceitando essa diferenciação que é possível entender a afirmativa de Aspásia Camargo quando diz que a história oral constitui-se numa técnica de coleta de dados que pode ou não ser usada dentro dos pressupostos da metodologia biográfica (Camargo, 1984:67).

Contudo, mesmo dentro da visão sociológica, a gama de variações do uso da técnica é ampla; vamos procurar caracterizar as

Família: Representação e Cotidiano

principais modalidades. Inicialmente, temos o relato de vida em sua forma mais pura e livre obtido através da entrevista em que o pesquisador aborda o sujeito do modo mais aberto possível, dizendo “fale de sua vida” e, interferindo um mínimo durante a narrativa. O material assim obtido é um discurso onde categorias, ordem cronológica e distribuição no tempo são dados pelo narrador. Dentro desse tipo de abordagem está o trabalho de Arakcy Martins Rodrigues (1978), onde a partir de um discurso livre, a autora procura entender as práticas e representações de determinado segmento social. As categorias são dadas pelo próprio discurso do narrador que fala livremente sobre sua vida.

Dentro desse mesmo princípio, apenas com uma pequena variação, está a narrativa sobre um aspecto específico da experiência de vida do narrador, seja suas relações familiares, desde as conjugais até as paternas ou filiais, suas relações de trabalho ou qualquer outro recorte na experiência vivida do indivíduo. É solicitada, no caso, uma narrativa sobre determinado aspecto ou período da vida do narrador, porém, a mesma liberdade de criar categorias e temporalizar a narração é dada ao entrevistado. Acreditamos que, também nesse caso, a interferência do pesquisador deve limitar-se ao mínimo indispensável, uma vez que o que se procura obter é uma narrativa construída pelo narrador, apesar de restrita a um aspecto específico da experiência de vida e não sobre a vida em geral. Bertaux adota esse método quando realiza sua pesquisa com padeiros (Bertaux et Bertaux-Wiame, 1980). Seu interesse está focalizado na vida profissional dos entrevistados, nas suas relações de trabalho – o que é ser um padeiro, como escolheu e viveu a profissão. É, também, dentro dessa modalidade que está sendo desenvolvida a pesquisa “Família: representação e cotidiano”, onde a proposta é que os entrevistados falem de suas relações familiares da forma mais livre possível.

Assim, podemos dizer que é sutil e de nuance a diferença entre as formas de abordagem descritas pouco ou nada influenciando na técnica de entrevista e análise dos dados quando o material será tomado como um discurso livre, isto é, dirigido e construído pelo narrador.

Uma terceira modalidade do uso dos relatos de vida, estruturalmente diversa das anteriores, é o caso dos testemunhos que dá o sujeito sobre sua participação em determinada instituição, seja ela sindicato, partido político, comunidade de base etc. Acreditamos ser possível considerar essa forma de depoimento como estando a meio caminho entre o método biográfico e a história oral. Em outras palavras, enquanto a vivência ou experiência subjetiva está dentro da proposta do método biográfico, da visão sociológica, a informação sobre a instituição ou movimento a que o sujeito pertence está no domínio do objetivo da história oral. Evidentemente, nessa circunstância, a entrevista deverá ser aberta e livre no que se refere à vivência do sujeito na instituição e às suas relações com ela mas, diretiva quando se trata de obter dados informativos e factuais sobre as entidades em questão. É o caso do trabalho de Olga von Simson sobre o Carnaval (1984), em que os entrevistados, além de narrarem a própria vida nas instituições carnavalescas, dão informações que permitem reconstruir a história dessas instituições. Essa modalidade é bastante usual nas pesquisas ditas participan-

Família: Representação e Cotidiano

tes onde se procura conhecer a instituição através do depoimento de seus membros visando a intervenção na realidade estudada. Exemplo disso são os trabalhos dos sociólogos da Universidade de Roma (Maciotti, 1985; Cipriani, 1982 e 1983).

Assinaladas as diferenças de uso das histórias de vida, parece fundamental deixar claro que é o projeto de pesquisa em sua especificidade e seus propósitos que deve comandar a opção que vai determinar a forma da entrevista para a coleta de dados e o método pelo qual serão analisados esses dados.

No método biográfico, tal como descrevemos, a situação de entrevista é, fundamentalmente, uma situação de interação social, de comunicação onde se defrontam o pesquisador com um projeto definido e o pesquisado que, aceitando a proposta, faz um relato de sua existência onde está contida uma mensagem destinada ao seu interlocutor. O que o entrevistador ouve é um discurso no qual o sujeito fala da representação que tem dos fatos de sua vida. Em suma, ele "se conta", segundo suas categorias de valores e seus códigos temporais. É um trabalho de interpretação onde o filtro perceptivo vai determinar desde a seleção dos fatos até o significado atribuído a eles. O narrador conta sua vida, hierarquizando, valorizando ou desvalorizando determinados aspectos, reforçando outros, imprimindo à narrativa a sua visão pessoal e subjetiva. É uma narrativa na qual o herói é o narrador que dá uma interpretação pessoal sobre os fatos de sua própria vida (Lalive d'Epinau, 1985). Fica claro, pois, que nas narrativas de história de vida a subjetividade está presente em toda a sua amplitude, fornecendo uma determinada versão dos fatos onde lacunas espaciais e temporais estão presentes. Assim, é necessário que na opção pelo método biográfico esteja implícita a aceitação da subjetividade e da intencionalidade do narrador.

A Sociologia encara o relato de vida como capaz de fornecer elementos para o conhecimento da realidade social tanto no nível sócio-estrutural como sócio-simbólico. Ao mesmo tempo, fornecendo elementos para o estudo dos processos estruturais e relacionais, as histórias de vida podem ser consideradas como produtos subjetivos e simbólicos possibilitando uma aproximação do sistema de valores e significados do narrador enquanto ser social. Assim, a preocupação com a contribuição que a subjetividade pode dar para o projeto de conhecimento social talvez possa ser respondida pela afirmação: o método biográfico é, justamente, aquele que fornece indicações válidas para o conjunto da sociedade, não pela redução da diversidade de vivências singulares mas, pela apreensão dos determinismos dessas vivências enquanto modos de inserção nas situações sociais das quais o indivíduo é, ao mesmo tempo, produto e produtor (Zamiti, 1985).

Na afirmação – a narrativa de vida deve ser considerada em sua subjetividade – está implícito um pressuposto teórico: no fundo da narrativa encontra-se a realidade social e coletiva incorporada pelo sujeito.

SITUAÇÕES E ATITUDES

Retomando um dos aspectos específicos das histórias de vida, tal como foi descrito anteriormente, repetimos: “a situação de entrevista supera o distanciamento inerente à observação positivista substituindo-a pela relação de comunicação entre entrevistador e entrevistado”.

Nesses termos, a coleta de dados é tomada como um processo de comunicação e interação social que, como tal, deve ser problematizado e questionado. Uma reflexão sobre a situação de entrevista que, como relação social, varia segundo as circunstâncias e é determinada, de certo modo, pela interação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, é fundamental para a construção do objeto de conhecimento. O exame da situação de entrevista vai dar subsídios para a análise do material.

Desde logo, fica claro que os pesquisadores vão assumir suas características individuais procurando conhecer como elas influem na interação. Dadas as preocupações metodológicas da pesquisa, vamos procurar verificar de que forma as determinantes sociais dos entrevistadores são significativas na situação interativa. Em outras palavras, quais os aspectos relevantes na interação e porque. No limite, vamos procurar tratar a entrevista como uma reação do entrevistado a uma situação de comunicação com o pesquisador e à questão proposta. O discurso obtido é um entre os possíveis e determinado pela situação. Assumimos, assim, o pressuposto da existência de uma interação constante entre os indivíduos e o meio social, portanto um aqui-agora que mobiliza e modifica os conteúdos emergentes, direcionando o discurso produzido (Martins Rodrigues, 1978).

Uma vez que a pesquisa se propõe a trabalhar com quatro grupos diversos, ou seja, inclui em seu universo uma diferença entre gerações (mães e filhas) e, ao mesmo tempo, uma diferença social (mulheres e filhas de empresários e de trabalhadores) a oportunidade é inestimável para o exame da situação interativa em cada um dos grupos (Wright e Perrone, 1977).

Como esta é uma pesquisa em que entrevistadoras e entrevistadas são mulheres, vamos examinar as circunstâncias em que se deu a comunicação em cada um dos grupos estudados.

Examinemos inicialmente o grupo de mães de classe dominante. Seleccionadas aleatoriamente, através de conhecidas das pesquisadoras, o único critério de seleção foi que tivessem filhas adolescentes, morando em casa. Isso, de certa maneira, uniformizou a faixa etária das entrevistadas. O contato foi estabelecido através de um telefonema, ocasião em que a pesquisadora apresentava seu “cartão de visita”, isto é, dizia quem era e por quem tinha sido recomendada. Assim, no momento do encontro, previamente marcado, a pesquisadora aparecia para a entrevistada como alguém pertencente à mesma rede social (amiga ou conhecida de uma amiga ou parente), aproximadamente da mesma faixa etária, desenvolvendo uma atividade profissional e lhes solicitando uma colaboração.

Família: Representação e Cotidiano

Uma primeira reflexão sobre a situação interativa mostrou que o fator mobilizante foi a situação profissional das entrevistadoras. O fato das pesquisadoras aparecerem aos olhos das entrevistadas como pessoas em exercício de uma atividade profissional, com autonomia quanto ao uso de seu tempo e um engajamento social específico, trouxe à tona uma situação de conflito latente nessas mulheres.

Esse encontro entre duas mulheres, uma em atividade profissional e a outra sendo solicitada a falar de sua vida de família, mobilizou um discurso em torno do “feminino”: o que é ser mulher? Qual o seu papel na família e na sociedade? Como conciliar valores incorporados na infância com as mudanças conjunturais? É melhor trabalhar fora ou dedicar-se integralmente às lides domésticas?

As posições individuais frente à questão dão as nuances, o tom particular de cada entrevista, a maneira pessoal de reagir à interação. A gama de variações vai, desde as entrevistadas que se apresentam como profissionais e que contam como venceram as resistências familiares e os resquícios de uma educação para a vida doméstica para realizarem atividades remuneradas, até as que defendem a permanência da mulher em casa dedicando-se exclusivamente a tarefas domésticas.

O posicionamento de cada uma frente à questão imprime um tom pessoal ao discurso: a entrevistada que se apresenta como profissional interage de igual para igual, procurando mostrar que está instrumentada para teorizar sobre o assunto; o tom competitivo do discurso é perceptível quando assinala que, apesar de recente, sua atividade profissional é de grande importância e responsabilidade social. Por outro lado, nos discursos das que optaram por permanecer como donas de casa, está subentendida uma desqualificação do trabalho remunerado para as mulheres, face à importância primordial das tarefas domésticas que, em sua ótica, são as únicas tarefas legítimas.



As entrevistadas de classe trabalhadora foram selecionadas, também, aleatoriamente através da rede de conhecimentos de empregadas domésticas e faxineiras ligadas às entrevistadoras ou seus parentes. Ter filha adolescente morando em casa foi, também nesse grupo, o critério selecionador. Em geral vizinhas ou moradoras na mesma vila que a conhecida comum, em alguns casos já estavam prevenidas sobre a entrevista. Outras vezes, uma primeira visita foi feita para que a data do encontro pudesse ser marcada. A apresentação foi sempre feita pelo elemento de contato.

Para essas mulheres de classe trabalhadora, a pesquisadora apareceu, primordialmente, como alguém de outra classe social e detentora de um saber que não é o delas. É a percepção de classe que mobiliza um discurso em que é nítida a necessidade de valorizar-se, tentando superar os sentimentos de ilegitimidade.

Família: Representação e Cotidiano

A interação com a entrevistadora que, a seus olhos leva uma vida e faz um trabalho totalmente diverso do que conhecem, mobiliza um discurso em que as lutas e ‘batalhas’ pela sobrevivência é o ponto nodal. É perceptível o tom de orgulho com que narram os detalhes e as minúcias das dificuldades que tem vencido para cumprir o que chamam de “missão” de criar os filhos, não deixando que morram ou se desencaminhem. É como se quisessem demonstrar que o trabalho real é o da luta pela sobrevivência (voltaremos ao assunto na análise) e só trabalhou quem a desenvolveu e venceu os obstáculos do cotidiano. É dentro dessa ótica que entendemos a narração minuciosa e detalhada de um dia-a-dia preenchido pela árdua tarefa de garantir a criação dos filhos e a sobrevivência do grupo familiar.

Observou-se que o tom de orgulho da narração era diretamente proporcional à precariedade das condições de vida, portanto, à intensidade da luta vivida.



A interação com as jovens é marcada, principalmente pela diferença entre gerações que, de certo modo, se antepõe às diferenças de classe. O tom de reserva e o cuidado de um jovem quando fala com alguém de outra geração é comum aos discursos das filhas, qualquer que seja sua posição social, o que justifica não examinar os dois grupos em separado.

Por trás de uma aparente espontaneidade e desembaraço, o que se percebe, na totalidade das entrevistas, é o cuidado de não tratar de assuntos mais ligados à vida fora de casa, aos fatos que, provavelmente, não são do conhecimento dos pais. Em alguns casos, só depois da entrevista terminada e o gravador desligado é que foram feitas algumas referências a temas mais íntimos.

Toda atitude das jovens entrevistadas evidencia um certo temor de se expor e alguma dificuldade de tomar iniciativa na construção do discurso. A discreção em torno de assuntos que para elas não são discutíveis com os adultos fica nítida na interação. É possível que uma das causas dessa atitude decorra da característica da adolescência de considerar que os únicos interlocutores possíveis são seus pares: só eles podem entender certos discursos; por mais liberdade que tenham com os adultos, incluindo a própria mãe, há certos limites que não devem ser ultrapassados. Nessa fase da vida é particularmente aguda a consciência da diferença de geração.

Ao mesmo tempo, fica a impressão de que a própria questão proposta – falar sobre a vida familiar – não é muito clara para as jovens e é comum o pedido de que se explicita melhor o assunto, que se façam perguntas mais precisas. No entanto, uma vez situadas no contexto da entrevista são capazes de construir discursos e de falar com bastante desenvoltura sobre a percepção que têm de suas famílias, entrando em detalhes omitidos discretamente pelas mães.

De certo modo, a situação de entrevista reproduz a interação própria do adolescente com o mundo adulto, especialmente com os pais: o discurso é pontuado de “certezas” e procura dar a impressão de que têm opiniões claras e seguras sobre os assuntos tratados. Uma vez que vivem uma época da vida em que são freqüentes as

Família: Representação e Cotidiano

discordâncias com os pais e estas quase sempre são atribuídas a diferenças de geração, recuperam na relação essa postura e em seus discursos há uma tentativa de mostrar às entrevistadoras que estão certas do que pensam ou fazem, utilizando-se para isso de um amplo espectro de argumentos.



Alguns dos pressupostos discutidos na exposição metodológica são retomados nesta reflexão sobre a situação de entrevista:

- a) de que a situação de entrevista é uma situação de comunicação, onde o pesquisador faz um relato de sua vida no qual está contida uma mensagem para o interlocutor;
- b) de que, como relação, a situação de entrevista varia segundo as circunstâncias e determina o tipo de interação pesquisador/pesquisado.

É com os subsídios fornecidos por essa reflexão que a análise foi desenvolvida, visando a construção de um objeto de conhecimento diverso do objeto real, do qual é uma representação.

MÃES

Como vimos em capítulo anterior, a interação pesquisador/pesquisado provocou na totalidade das entrevistadas um discurso em que a tônica é o problema do feminino, da identidade da mulher, ou seja, do que é ser mulher.

As entrevistas, de maneira mais ou menos explícita, giram em torno de uma preocupação central: as dificuldades, as concessões e as conciliações necessárias para que possa ser cumprido o destino de uma mulher. Nesse sentido, há nos discursos uma tentativa de definição do que é esperado de uma mulher no cumprimento de suas funções. São recorrentes os temas que tratam do relacionamento mulher-família.

Comum a todas as entrevistas e independente da classe social é a representação de que a identidade feminina está obrigatoriamente vinculada às funções de mãe e esposa. Todas partilham de uma mesma visão sobre sua participação e atuação na sociedade: sem um espaço para desempenhar as funções que as definem como mulher (mãe, esposa, dona de casa) não teriam identidade social, não se sentiriam legítimas diante de si e dos outros. Portanto, a percepção é de que ser mulher, ter uma existência plena como mulher é desempenhar durante a vida funções que incorporaram como sendo definidoras da condição feminina.

Em parte, a constatação de que as representações sobre o destino da mulher são comuns aos diferentes segmentos estudados permite pensar em uma educação antes de tudo sexista, isto é, dirigida à formação de um ethos próprio a cada sexo. (Rosemberg, 1980). A impressão é de que algumas das determinações do que é ser mulher são transmitidas precocemente e independem da posição de classe. Em outras palavras, desde a mais tenra idade as crianças são imbuídas de códigos de comportamento socialmente determinados para o seu sexo. São criadas para serem homens ou mulheres. É assim, que as meninas são levadas a incorporar o que socialmente se convencionou ser o comportamento feminino, a identificar-se como mulher, qualquer que seja sua classe social. Às especificidades de um habitus de classe vai somar-se essa idéia de gênero.

É inegável o aspecto sexista da educação infantil. Desde muito pequenas as meninas são estimuladas a valorizar determinados brinquedos e brincadeiras – bonecas, loucinhas, roupinhas – que instrumentam o brincar de casinha, comidinha e costura como um aprendizado informal de suas futuras funções de mãe, esposa e dona de casa (Moreira Alves, 1977).

Mais tarde, durante a puberdade e adolescência são ministrados através dos meios de comunicação, novos subsídios para a idealização e consequente direcionamento das moças para o casamento (Buitoni, 1981). Revistas ditas femininas, romances chamados “de moça”, filmes e novelas alimentam o imaginário das mulheres estimulando uma idealização do casamento. O ritual do matrimônio com o vestido de noiva e a entrada solene em uma igreja florida é constantemente enaltecido e valorizado reforçando a idealização.

Família: Representação e Cotidiano

Toda uma indústria do casamento se desenvolveu. Existem até ruas especializadas em lojas de vestidos de noiva, onde tudo é financiado e pago antes do casamento. Em geral, este é feito acima das posses das compradoras. Serviços sofisticados e especializados surgidos mais recentemente proporcionam todo o tipo de atendimento às noivas (Soares, 1981).

Parece que o próprio conteúdo do ritual de casamento estimula o sonho das moças. Efetivamente, embora envolvendo um noivo e uma noiva, é a última que tem lugar de destaque no cerimonial. Ela é a grande atração, o centro das atenções (Moreira Leite, 1985). É bem possível que tudo isso ajude a ilusão de que será esse o seu papel daí por diante, o de atriz principal e não mais o de coadjuvante, que sente desempenhar em casa dos pais.

Nessa medida, entendido como a aliança institucionalizada ou não, o casamento com um parceiro reveste-se de capital importância e passa a ser o marco na vida das moças. A representação é que, somente a partir dessa união a mulher obtém o espaço material e simbólico para viver a condição inerente ao sexo feminino. O casamento é visto como o passo necessário para o ingresso na vida adulta, o desenvolvimento pessoal e a participação legítima da mulher na sociedade. É pelo casamento que elas adquirem o território para gerenciar e o espaço simbólico para dar sentido às suas existências, gerando filhos e reproduzindo o grupo social. Enquanto solteira, cabe à mulher apenas um papel secundário dentro da família, uma vez que não pode, legitimamente, contribuir para a reprodução (Moreira Leite, 1985).

O casamento passa, assim, a ser considerado como o rito mágico que vai permitir a passagem, dentro do campo das relações familiares, da posição de filhas que devem obediência ao do de dona de casa com poder instituído. Há nas representações a idéia de que de dominadas passam a dominantes, ocupando o lugar de ator principal na nova constelação familiar que se cria. Fica claro que os sonhos de dominação restringem-se ao âmbito privado, é dentro de suas casas que pretendem exercer o poder que advém com a situação de mulher casada e dona de casa.

Porém, se há uma representação do casamento que é comum a todas as entrevistadas, uma retradução específica é feita dentro de cada segmento social. Há uma atribuição de significados ao casamento, especificamente ligada à posição que ocupa a entrevistada na hierarquia social.

Assim, vamos encontrar entre as entrevistadas de classe trabalhadora uma representação do casamento como solução para a precariedade material em que vivem. Há uma aplicação ao campo econômico da magia que envolve o ato de casar. Desde cedo, como ajudantes dos pais, e mais tarde, destinando parte dos ganhos em empregos remunerados ao sustento da família de origem, a fantasia é de que ao se casarem poderão cuidar de si mesmas e do que é seu.

“...Pensei... vou casar e tomar conta da minha casa...”

Essa percepção é particularmente aguda no caso das entrevistadas que, quando solteiras, trabalharam como empregadas

Família: Representação e Cotidiano

domésticas morando em casa dos patrões. Casar era para elas ter o seu espaço.

“... chega dia de domingo só tinha a casa do tio para ir. Casa cheia, casinha pequenininha para tanta gente. Achei que casar era a solução...”

Implicitamente, parece ter havido a esperança de que o trabalho diminuísse, sem patrões a exigir ou horários a cumprir. O sonho era trabalhar para as próprias famílias, tomar conta da própria casa o que, para elas, assumia o sentido de trabalhar para si mesmas.

Por pertencerem a uma camada social que por suas condições de existência está muito próxima e dependente de necessidades materiais, aos problemas de sobrevivência e ao trabalho ligado ao sustento do cotidiano, aplicam primordialmente ao campo econômico a aura de magia que envolve o casamento. Parece que a esperança de solucionar problemas imediatos ligados ao dia a dia precário e insatisfatório é um estímulo a mais para o casamento.

“... me casei com 16 anos... uma espécie de fuga... não agüentava mais aquela vida na minha casa...”

No entanto, o tom de revolta e amargor com que as entrevistadas contam o encontro com uma realidade totalmente diversa da que imaginaram, faz pensar que trabalhar em suas casas, restringir-se ao mundo doméstico era o projeto de vida:

“... pensei... vou casar, vou parar de trabalhar, vou descansar um pouco... cáí no fundo do poço..”

“eu não queria ser casada, ter filho, não queria ter marido... a gente precisa tomar conta de tudo, trabalhar tanto que no fim a gente vê a barra tão pesada que pensa que vai deixar na metade...”

“... quando casei e vim para S. Paulo, cheguei com aquela ilusão... que me esperava ‘aquela casa’... encontrei um barraco, sem cama e sem fogão... e eu com uma barriga enorme...”

Parece que a insatisfação decorre do fato do casamento não ter trazido a melhoria de vida esperada, pelo contrário, o que ocorreu foi um acréscimo de tarefas. Na idealização do casamento está implícita a divisão sexual do trabalho: casadas, teriam um marido que cuidaria do sustento familiar, a elas caberia o trabalho de reprodução e cuidado da prole.

O cotidiano mostra a impossibilidade de atingir esse ideal: as dificuldades materiais as obrigam a um trabalho remunerado para complementar o orçamento. Somadas às tarefas domésticas, o emprego torna-se carga muito pesada. O fato de sentirem essa situação com insuportável parece estar ligado a um sentimento de que estão realizando tarefas para as quais não foram destinadas. O universo com que sonharam era o doméstico: tomar conta da casa, cuidar dos filhos e não ter que enfrentar, além disso, a luta pela sobrevivência. É talvez, nesse sentido que podem ser entendidas as narrativas minuciosas e detalhadas do que chamam “batalha” cotidiana. O tom de

Família: Representação e Cotidiano

orgulho e desafio que perpassa os discursos estaria ligado ao caráter das tarefas realizadas: realizaram bem uma tarefa que estava além do seu campo de ação. Lutaram e ganharam a luta em terreno que, para elas, era dos homens. Além disso, tratava-se de uma batalha primordial, pois, dela dependia a sobrevivência dos filhos. Daí a visão dessas tarefas como intoleráveis e, ao mesmo tempo, como motivos para grande orgulho.

Significativo, nesse sentido, é o trecho do discurso de uma entrevistada que, viúva, lutou sozinha:

“...todos diziam: essas crianças vão morrer... e eu dizia: não, filho meu não vai cair de fome e morrer... eu nunca tive medo... eu enfrentava, eu carpia, eu trabalhava na roça...”

Interessante notar que o trabalho que consideram duro e pesado é o realizado para prover a sobrevivência. Exemplar, nesse sentido, é o discurso de uma das entrevistadas que contrapõe ao trabalho classificado por ela de “obrigação”, o trabalho dos pobres ao realizado em prol do “conforto”, o dos ricos como diz ela:

“Se a mãe sai às 5 da manhã para trabalhar, quando os filhos chegam, ela está tão cansada que até xinga. Aí o filho fica revoltado. Agora, se eu fosse advogada, ganhasse bastante, trabalhasse só para o conforto e não por obrigação, era uma boa...”

Outra entrevistada queixa-se de que o marido não permite que ela trabalhe fora, coisa que ela declara desejar. No entanto, as entrelinhas dão a entender que as queixas são, antes de mais nada, pelo fato do marido não ganhar para o sustento da casa, para que ela possa se dedicar apenas às tarefas domésticas. O que aparece para ela como um absurdo é o fato dele, não ganhando o suficiente, impedir que ela trabalhe para dar o necessário aos filhos, o que a seu ver é o que há de mais importante e fundamental.

“... não sei o que ele pensa da vida. Eu não posso comprar nada para as crianças e ele não deixa eu trabalhar...”



Mais distantes das urgências do cotidiano, as mulheres de camada dominante podem esperar do casamento vantagens de ordem mais simbólica. Para elas, casar é realizar o sonho que alimentam desde a infância no qual tornam-se adultas, têm um lugar no grupo social como “senhora fulano de tal” e começam a viver o que imaginam ser a sua própria vida. Evidentemente, aí está subentendida a idéia de um “bom casamento”, de uma aliança que, se não imediatamente, pelo menos no futuro próximo possa reproduzir a condição de vida que tem em casa dos pais.

Assegurado de modo amplo o aspecto econômico, as atenções e preocupações voltam-se para o plano simbólico. Algumas entrevistas deixam claro que o projeto alimentado para o casamento tem seus alicerces nas idéias de reprodução social. O importante para as mulheres desse grupo é a transmissão dos valores simbólicos e das práticas sociais para as gerações seguintes. A representação é de que

Família: Representação e Cotidiano

se casando dão início à tarefa de contribuição à continuidade que, no caso das camadas dominantes, assume uma conotação histórica.

“Eu acho importante essa estrutura que se recebe em casa... essa estrutura de família que vai criar filhos que terão, também filhos...”

Certas passagens dos discursos fazem pensar que principalmente a forte vigilância exercida pelos pais sobre o comportamento das moças, no que se refere ao exercício da sexualidade tenha contribuído, significativamente, para o fortalecimento da necessidade do casamento para se realizarem como mulheres.

“Eu me lembro que até a hora de casar, eu me casei no civil quatro dias antes do religioso, tive que ir com ‘vela’ ao cinema... acho isso uma bobagem...”

Parece, implícita, a idéia de que só a partir do casamento (religioso) as moças teriam direito à prática da sexualidade. Antes disso, a vigilância devia ser rigorosa. A idade precoce com que se casaram as entrevistadas desse grupo parece confirmar a hipótese. Educadas como foram antes da década de 60, tinham como única opção legítima para a vida sexual ou a procriação, o casamento.

São recorrentes as referências a uma educação para o casamento, onde era enfatizada a responsabilidade da mulher como transmissores de valores. Essas mulheres foram, durante sua juventude, imbuídas da idéia de que a continuidade do grupo dependia delas que, como esposas e mães tinham uma tarefa de mais alta importância a desempenhar.

“... a mãe é que é a educadora... o pai ele é só presença e exemplo... quem forma o caráter dos filhos é a mãe...”

“... a gente transmite aos filhos o que se tem, o que se recebeu...”

No entanto, se a infância e juventude das entrevistadas foi vivida em um período em que os valores vigentes em seu grupo social atribuíam à mulher um papel inspirado em cânones tradicionais, elas se tornaram adultas em época de grandes mudanças sociais. A década de 60, com os movimentos feministas e as novas ideologias, trouxe outras alternativas para a mulher. A partir de então, o destino feminino não está irremediavelmente ligado ao universo doméstico e às funções de mãe e esposa. Ela pode aspirar ao exercício de um papel no âmbito público.

Diz uma das entrevistadas:

“Vejo o casamento, a maternidade... é uma parte da mulher mas não é a única... acho que ela pode desenvolver paralelamente um potencial, um trabalho...”

Nas classes dominantes, o trabalho feminino não está ligado às necessidades de sobrevivência mas tem um significado mais simbólico: desejo de identidade social, de uma vida mais autônoma não vinculada ao funcionamento da casa e dos habitantes. A grande aspi-

Família: Representação e Cotidiano

ração das mulheres desse grupo é poder se definir por uma identidade pessoal e não mais como parte de um todo formado pela família e pela casa (Saffioti, 1976).

Mas é justamente a possibilidade de opção que abre terreno para o conflito: como optar entre a importância do papel de mãe e dona de casa, apoio e base da estrutura familiar e trabalhar fora, buscar uma identidade além dos limites do doméstico e do privado?

O conflito surge a partir das exigências para o cumprimento das funções de mãe e dona de casa tal como foram incorporadas pelas entrevistadas: exigindo uma dedicação integral de seu tempo. Isso é incompatível com o trabalhar fora, isto é, com usar parte de seu tempo em outra atividade que não a doméstica. Em outras palavras, imbuídas, como estão, de uma função feminina que só pode ser desempenhada com a presença constante da mulher no recinto da casa, em que o elemento básico de sucesso no papel é dar exemplo de forma contínua, não há possibilidade de conciliação com outra tarefa que vai exigir, exatamente, que a mulher se ausente de casa por determinados períodos.

Diz uma das entrevistadas:

“... acho que não se deve falar tanto mas transmitir o exemplo... as crianças têm senso de observação e é por aí que as coisas devem ser transmitidas... por observação do exemplo...”

É, pois, um conflito entre o profundamente incorporado e as solicitações conjunturais que oferecem à mulher possibilidades de participação social pelo exercício de uma profissão e trabalho remunerado.

Todas as estratégias são usadas no sentido de conciliar as fontes de conflito. É assim que procuram um trabalho que possa ser executado em casa ou tentam trabalhar apenas durante o período escolar dos filhos.

“... eu trabalho mas em casa, só uma vez por semana tenho atividade fora... então, logicamente, é um trabalho dentro de casa... mais restrito...”

“... tenho amigas que, depois de casadas, trabalharam sempre fora... mas sempre meio período e com dificuldade de serem melhor remuneradas por isso...”

As entrelinhas e o tom do discurso permitem que se perceba as fantasias de onipresença das entrevistadas, que desejariam estar e não estar ao mesmo tempo em casa ou no trabalho.

Nos casos em que a opção foi permanecer em casa, o que se verifica é uma intensa racionalização dos motivos que fundamentaram a opção: supervalorização do papel de dona de casa e mãe, diante do qual qualquer atividade remunerada se desqualifica e perde importância.

Alguns trechos das entrevistas que falam da transformação de atividades lúdicas e esportivas em obrigação, levantam a hipótese

Família: Representação e Cotidiano

de que uma das funções do trabalho fora de casa, para esse grupo social, é dar às mulheres a possibilidade de ter um tempo próprio, em que está ocupada consigo mesma e não em disponibilidade para as necessidades dos outros.

“... eu tenho um dia de jogar com minhas amigas e todos aqui em casa respeitam... se um filho me pede para fazer alguma coisa ou ir a algum lugar digo: hoje é dia do meu jogo... é uma bobagem mas é importante para mim e eles respeitam...”

No entanto, o que se percebe é que qualquer das opções traz muita dificuldade e não chega a satisfazer completamente. A situação de conflito persiste pela vida afora.

“... então vai indo tudo bem... eu consigo... ter a minha vida, minhas distrações e ao mesmo tempo atender as coisas aqui em casa... não sei se de certa forma eu me anulei um pouco...”

“... eu já trabalhei fora e posso dizer que trouxe problemas dentro de casa... Principalmente ficar afastada dos filhos em período de adolescência quando precisam de mais observação. Por isso resolvi voltar a trabalhar em casa, dando aulas...”

Em resumo, podemos dizer que as mulheres entrevistadas (portanto de uma faixa etária determinada) foram criadas dentro de uma ideologia que as destinava às tarefas domésticas e ao universo privado da casa.

Na classe dominante, uma conjuntura social que trouxe em seu bojo novos valores e outras oportunidades entrou em conflito com o profundamente incorporado, com o habitus primeiro das entrevistadas.

Para as mulheres de classe trabalhadora, uma ideologia que valoriza o “ficar em casa” só pode ser fonte de confusão e decepções porque está desligada das condições materiais de vida do grupo.

FILHAS

Como já foi dito, o discurso das jovens entrevistadas é típico do período de transição que estão vivendo. Um contraponto entre a vivência familiar e a descoberta do ambiente externo de onde recebem novas informações e códigos de valores que pontuam as narrações. Embora cientes de que esse é um fenômeno comum aos adolescentes de ambos os sexos, pois vivem um período de vida em que é decisivo o processo de desprendimento, acreditamos que ele é duplamente significativo para as mulheres.

Por serem durante a infância objetos de uma socialização mais vigilante e estrita, a entrada no mundo dos adultos e o processo de independência é particularmente difícil e mobilizante. Na maior parte das famílias, enquanto a independência é estimulada para o sexo masculino, é retardada para o feminino. É compreensível, portanto, que ambivalências, contradições e conflitos originados pela descoberta de um outro universo sejam o tema central das preocupações das moças. Educadas, como foram, para uma participação e uma vivência mais concentrada no mundo doméstico, o contato com valores externos aos dos familiares criam dúvidas e hesitações.

Uma série de mudanças sociais significativas que incluem maior aceitação da individualidade e, conseqüentemente, uma reivindicação mais acentuada de liberdade impedem que as mães eduquem suas filhas nos mesmos moldes em que foram educadas. Precisam encontrar novas estratégias para a transmissão dos valores.

A valorização do chamado “diálogo”, tema recorrente nos discursos das jovens é um indício de mudanças na distribuição de poderes dentro do campo das relações familiares. Em outras palavras, já não são aceitas ordens inquestionáveis e autoritárias.

“... acho essencial poder conversar livremente, trocar idéias com meus pais...”

“... converso e discuto muito com minha mãe... acho isso fundamental...”

As jovens que não têm esse relacionamento mais aberto na família expressam suas queixas:

“... eu gostaria que minha mãe conversasse com a gente numa boa...”

“brigas não há em minha casa, mas, também, não se tem diálogo...”

Para as jovens, no entanto, conversar e dialogar é uma oportunidade para colocar seus pontos de vista e, talvez, “fazer a cabeça” dos pais, atualizando suas idéias.

“converso com meus pais para colocar meus pontos de vista, para me aproximar deles. É mais fácil os filhos irem ao encontro dos pais do que eles virem ao encontro dos filhos...”

Família: Representação e Cotidiano

Para as mães é possível que o estabelecimento desse clima de diálogo seja a forma que encontram para influir e ao mesmo tempo exercer uma vigilância remota sobre as filhas. Numa conjuntura em que o exercício de autoridade ostensivo torna-se difícil, é só através de conversas e de uma postura de intimidade e igualdade que o código de valores pode ser transmitido. Por outro lado, essa proximidade dá oportunidade para que se coloquem a par do que se passa e do que se pensa no grupo social das filhas.

Isso dá uma dimensão das mudanças ocorridas no campo das relações familiares e é uma consequência da necessidade de adaptação às novas circunstâncias sociais. É a modificação do habitus que se transforma de uma geração para outra, integrando outras dimensões e aspirações contraditórias de mudança e permanência da ordem existente.

Contudo, é possível perceber que os valores constitutivos do habitus de cada segmento social, como a noção de continuidade e de responsabilidade na reprodução social do grupo são integralmente incutidos nas filhas, ainda que através de estratégias mais flexíveis.

Dizem as jovens:

“... nós tivemos de tudo da parte de nossos pais e, conhecendo isso a gente tem vontade de transmitir para outros (refere-se aos futuros filhos)...”

Examinando o discurso das jovens de classe alta, verifica-se que estão presentes noções bastante arraigadas em suas mães, como a de que pertencer a determinada família e ser filha de determinados pais é garantia da herança de certos predicados. A idéia básica é que o indivíduo seria uma atualização de potencialidades familiares (Abreu, 1981).

“... isso vem da família... o caráter da gente vem dos pais...”

De certa forma, é curiosa essa maneira de pensar em jovens nascidas na década de 70, quando o princípio da individualidade e da independência parece integrar-se cada vez mais no cotidiano das famílias. No entanto, entende-se que a incorporação desse princípio pelas filhas seja fundamental, uma vez que assim fica garantido, em alguns aspectos, a manutenção do *status quo*, dos limites do grupo, um dos pilares do habitus dominante. Tal modo de pensar será particularmente significativo no momento da escolha do parceiro; esta será feita entre os que têm potencial para propiciar a reprodução social da família. Assim fica assegurada a homologia de classe.

Outro ponto relevante no discurso das jovens é a narração de como sentem e percebem o já citado conflito vivido por suas mães na opção entre o trabalho remunerado e a dedicação exclusiva às tarefas domésticas:

Dizem elas:

“quando eu ainda era pequena minha mãe ligou-se muito ao piano (a mãe dá aulas de música) e eu senti muita falta dela na minha vida...”

Família: Representação e Cotidiano

“minha mãe não pode cobrar nada da gente porque ela nunca está presente...”

A hipótese é de que a culpa sentida pelas mães por não se dedicar de forma integral aos cuidados com a casa e os filhos seja, de forma subliminar, percebida pelas filhas que, ao cobrar a presença materna, reforçam os sentimentos das mães. Cria-se um círculo vicioso que termina por ajudar a incorporação por parte das jovens de que a tarefa primordial da mulher é cuidar dos filhos.

O resultado dessa incorporação é um discurso conciliatório em que falam da importância, em seus programas de vida, de cuidar dos filhos.

“pretendo me dedicar bastante na minha profissão mas não deixar de lado as outras coisas que tenho que fazer... filhos e tal... que são tão importantes como a minha profissão...”

Em uma primeira leitura, parece haver no discurso das jovens e em suas práticas de vida (todas estão cursando a universidade ou se preparando para isso) uma ruptura entre a postura de mães e filhas. Todas as jovens falam em estudar, trabalhar, não ter pressa em se casar, parecendo estarem imbuídas de uma nova representação de mulher e de um novo papel a ser desempenhado pelo sexo feminino na sociedade.

Uma análise mais aprofundada, porém, deixa entrever que continua a ser significativa na representação das jovens a ambivalência sobre a posição da mulher. Apesar de, em certos aspectos, terem sido atingidas pelas transformações e modernizações ocorridas no plano social, o que foi profundamente incorporado pelas entrevistadas foi o tempo e o espaço das atividades domésticas como parâmetro dos projetos.

“... eu adoro a medicina, adoro a profissão mas requer uma dedicação integral e eu quero casar e ter filhos...”

Colocando restrições às profissões que exigem maior dedicação e uma disponibilidade irrestrita de tempo deixam entrever uma ideologia em que, para uma mulher, o primordial é o exercício das funções de mãe e dona de casa. As escolhas profissionais recaem, assim, sobre as tarefas ditas femininas (atividades para-médicas, comércio de vestidos) para a maioria das entrevistadas.

Uma das jovens, já estudante de medicina, avalia dentro do campo profissional, a especialidade que condiz mais com seus planos de casamento:

“medicina é uma profissão que pede demais, mas eu não pretendo ser cirurgiã... eu gosto bastante de clínica... e isso já é um passo porque clínica tem horário estabelecido... acho que não vou ter grandes problemas... claro vai depender do marido...”

Fica claro que a representação da condição feminina incorporada pelas jovens só superficialmente difere da de suas mães. A vida de uma mulher continua, para elas, sendo balizada pela função doméstica, pelos papéis de mãe e esposa.

Família: Representação e Cotidiano

Em alguns casos, percebe-se mesmo uma visão do exercício profissional fundamentada na disponibilidade para o outro.

“Adoro medicina porque é uma profissão em que se ajuda os outros... nela se lida diretamente com as pessoas e os problemas delas, para ajuda-las...”

Há, aí, uma transposição para o campo profissional da premissa que fundamenta e estrutura, no campo familiar, a função da mulher: ajudar e ser para o outro. Essa idéia é levada para a atividade profissional que é percebida não como um fim em si mas como uma intermediação para obter algo: seja a independência, seja o ser para si e poder conduzir seu próprio destino (Salem, 1977).

Trechos como os que se seguem mostram a concepção da profissão como um meio de alcançar a liberdade, seja econômica, seja afetiva:

“gostaria de abrir uma loja porque aí eu seria a dona...”

“quero seguir uma carreira, ter alguma coisa minha... não quero ficar dependente...”

Outra idéia recorrente nos discursos das jovens entrevistadas de classe alta é o “não ter pressa em se casar”.

“não é que eu queira me casar logo, pelo contrário, tenho muita coisa para fazer, quero fazer minha faculdade... é só mais tarde...”

“casar só daqui uns 3 ou 4 anos... primeiro a gente precisa ter uma situação estabilizada...”

É possível que a idéia de casar sem pressa esteja ligada à maior liberdade sexual que desfrutam os jovens atualmente. As relações pré-conjugais possibilitam a postergação do casamento, que não parece, como para suas mães, como a única forma de poderem viver suas sexualidades. Por outro lado, a conjuntura econômica difícil também é motivo para que os casamentos se realizem mais tarde. Cientes de que vivem uma realidade mais instável, as próprias famílias desse grupo social fazem questão de dar às filhas um curso universitário, o que em seu entender constitui-se em um preparo para a vida. Para as mães, o capital escolar é um potencial para ser acionado em caso de necessidade, que é sempre identificada com o fim do casamento. Dado que o número de separações aumenta sempre no meio social a que pertencem, imaginam que devem preparar as filhas para essa possibilidade.

As jovens incorporam integralmente esses valores maternos e declaram só desejar casar-se depois de formadas. Note-se que não falam em estar trabalhando (esse é problema dos homens) ou encaminhadas na carreira mas apenas diplomadas, isto é, instrumentadas para o caso de necessidade.

“O meu namorado está no último ano de engenharia, ele se forma e tem que ter emprego, casar sem condições eu não quero...”

Família: Representação e Cotidiano

Entre as jovens da classe trabalhadora, a grande preocupação gira em torno de uma melhoria das condições de vida e de uso das estratégias possíveis para que esse objetivo seja alcançado. É assim que, ao lado das críticas que fazem às mães por terem muitos filhos, têm como projeto de vida controlar a natalidade. O adiamento do casamento é um dos recursos a serem utilizados para a diminuição da fecundidade.

“quem casa cedo, acaba rápido, vai tendo filho, tendo filho e nem percebe o tempo passar...”

“Essas moças que casam cedo, tem logo filho... sofrem muito...”

Essa percepção é particularmente aguda nas primogêniticas que, além de observarem as dificuldades por que passam as mães sobrecarregadas pelo grande número de filhos, tiveram elas próprias, uma vivência marcada pela ajuda que precisam dar em casa:

“Sou a mais velha da casa, a que tem que cuidar dos irmãos...”

“Eu faço quase tudo aqui em casa, mesmo a casa sendo pequena cansa muito, minhas irmãs mais novas pouco ajudam...”

O desejo primeiro dessas jovens é ter um bom emprego, poder se sustentar para, a partir daí, ter condições de traçar seus projetos de vida.

“Eu gostaria de ter um emprego fixo... registrado...”

“O que eu quero mesmo é ter um bom emprego, tipo bancária...”

Aspirações de ascensão pontuam o discurso das jovens que desejam empregos mais qualificados e rendosos. Aquelas que, em determinada época foram empregadas domésticas, fazem comentários sobre o trabalho em casa de família:

“Eu lavava roupa, fazia comida... tudo... até gostava, mas a gente cansa de trabalhar assim para os outros...”

Estando cientes que a ocupação de empregos qualificados requer maior escolaridade, as jovens falam em continuar estudando. Os projetos passam sempre por arranjar um emprego que possibilite a continuação dos estudos.

“Eu estudei até a 8ª. série... queria continuar, mas em escola paga. A estadual já me falaram que é muito fraca... pretendo fazer um curso de computação, alguma coisa assim... Mas fica muito pesado para o meu pai... vou ver se arrumo um emprego antes...”

“Como bancária a gente pode continuar estudando... se eu conseguisse estudar... mas também para entrar no banco a gente tem que ter no mínimo ginásio, às vezes até colegial...”

Família: Representação e Cotidiano

Jovens e, portanto, ainda sem muita experiência e conhecimento dos limites mais profundos impostos pela própria condição de classe, não se deixam abalar pelas contradições que seus discursos expressam. Achrom que o sucesso pode ser obtido à custa do trabalho e da “batalha” e criticam a recorrência das mães aos recursos mágicos:

“Minha mãe fala que só ganhando na Loto a gente pode ter alguma coisa da gente... acho que não é bem assim, se a gente trabalhar, batalhar, acho que consegue ter algo que seja nosso...”

Da mesma forma que as jovens de classe alta, as de classe operária, também consideram o diálogo como fundamental no convívio com as famílias.

“Eu sempre escuto minha mãe quando tem alguma coisa para falar porque a gente está errada. Agora, se sei que aquilo não está errado procuro conversar, me defender...”

Queixam-se quando isso não acontece:

“Às vezes eu queria conversar com minha mãe, só nós duas em particular... mas ela não é assim, tudo xinga e grita... queria tanto que ela não fosse assim...”

Aliás, é bem mais comum a queixa de falta de diálogo entre as jovens desse grupo do que entre as de classe alta. A hipótese é de que as mães de classe social inferior, por seu baixo nível de instrução e pelas próprias condições de vida que não propicia o domínio dos recursos verbais, têm dificuldade de estabelecer esse tipo de contato com as filhas. Por isso, vamos encontrar nesse grupo um número significativo de mães que contam com a ajuda das normas das igrejas pentecostais para manter uma autoridade e um controle sobre o comportamento das filhas. Filiadas, elas próprias, às Igrejas, empenham-se na filiação das filhas, conseguindo com isso ajuda no controle do comportamento das mesmas, que talvez sozinhas não conseguissem.

Foi entre as jovens desse grupo que apareceu maior número de queixas sobre a falta de liberdade e vigilância excessiva dos pais:

“Até a idade de treze anos minha mãe me prendia muito, não podia sair par lugar nenhum... eu não sei mas acho que tinham medo que acontecesse alguma coisa... era só – cuidado, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo – cada vez que eu saía...”

“Os vizinhos me convidaram para ir para Santos, mas meu pai, apesar de conhecer a família, implica muito, tem receio. Eu dou um pouco de razão para ele, mas acho que devia ter mais confiança em mim...”

Essa vigilância estrita, sentida pelas jovens como falta de confiança nelas, na ótica das mães é absolutamente necessária, pelo clima de violência e perigo que domina os bairros onde moram.

Família: Representação e Cotidiano

Em resumo, diríamos que o discurso das jovens encerra uma reivindicação de mudança na distribuição de poderes no âmbito familiar. Não só com a exigência do diálogo pretendem que os filhos tenham acesso às decisões, como em seus projetos de vida está implícita uma nova visão de relacionamento conjugal, onde a divisão de tarefas seria alterada. Portanto, a mensagem contida em seus depoimentos é muito mais a de uma adaptação das estruturas familiares às conjunturas sociais do que uma alteração profunda na idéia de família. Cientes dos recursos de que devem dispor para ter condições de promover mudanças, incluem em seus discursos e projetos uma instrumentalização seja em termos de escolaridade, seja em termos de controle da natalidade para que possam alcançar os resultados desejados.

PASSOS E DEGRAUS

Esta pesquisa, realizada a partir de um pequeno número de entrevistas, apoiou-se em um referencial teórico consistente e foi pautada por constante reflexão metodológica. Pesquisa exploratória em termos de procedimentos, permitiu um avanço na caracterização do método biográfico do levantamento de questões em torno do tema mulher/família, para posteriores averiguações.

Tentaremos mostrar como a imbricação método/teoria/prática orientou o desenvolvimento da pesquisa em todas as suas etapas. Partimos do pressuposto de que todas as escolhas, todas as decisões e toda atuação dos pesquisadores adquirem transparência quando percebidas sobre o pano de fundo dos pressupostos teóricos e metodológicos adotados.

A proposta inicial de conhecer a noção de família presente nas representações de um conjunto de mulheres, apesar de aparentemente simples, traz consigo uma série de pressupostos de ordem variada: teóricos, metodológicos e também ideológicos. A associação mulher/família faz parte do senso comum e é considerada tão evidente que pareceria despropositado qualquer tipo de preocupação a esse respeito. A problematização de uma idéia difundida pelo senso comum é uma das maneiras de desvendamento de aspectos ideológicos da realidade social. Partindo do pressuposto de que o senso comum difunde a ideologia dominante, pensamos que a sua eficácia está ligada ao seu caráter mistificador das relações de poder que permeiam as relações sociais.

No entanto, os cientistas sociais têm tido dificuldades em trabalhar a associação mulher/família, apresentando resultados que ora diluem o feminino dentro da família, ora as colocam em oposição, como dois pólos antagônicos. Saber, pois, como mulher e família se unem ou se opõem constitui uma proposta de estudo decorrente da análise da bibliografia especializada, trazendo para a reflexão a nível teórico algumas observações que partiram do senso comum. Problematizar a partir da crítica da produção científica significa fornecer elementos para conhecer os modos de constituição da ideologia nas práticas e representações dos agentes sociais.

Dois critérios orientaram a escolha das mulheres a serem entrevistadas: as oposições de classe e de geração. A precisa localização no tempo e no espaço desses agentes responde a um outro pressuposto da pesquisa. Acreditamos que, falar genericamente em mulher ou família remete-nos a duas abstrações, dois universais que servem aos esquemas de representação que pretendem naturalizar as relações familiares. Escapar a essa falácia implica em reconhecer a família como uma instituição historicamente determinada e as mulheres como agentes sociais ocupando diferentes posições no campo das relações de classe. Não só as estruturas e organizações familiares variam historicamente e de acordo com as diferentes classes sociais, como a própria definição social do feminino encontra-se vinculada às estruturas sociais. Ainda nessa linha de raciocínio, ao abordarmos duas gerações distintas, consideramos a possibilidade de transformações a curto prazo na família.

Família: Representação e Cotidiano

Para atingir as representações desses quatro conjuntos de mulheres optamos pela coleta de discursos livres, a partir da colocação do tema família. Somente por meio dessa técnica poderíamos ter acesso às categorias usadas pelas entrevistadas para construir a sua noção de família.

A seleção dos critérios para a escolha das entrevistas e da técnica de abordagem encontra a sua justificativa no conceito de “habitus” de classe. Partimos, pois, de um quadro conceitual que percebe o social incorporado no indivíduo, o qual, por sua vez, atua no social e o reconstrói. A proposta de realizar entrevistas para a obtenção de discursos livres levou-nos a um aprofundamento das questões especificamente metodológicas. Como resultado dessa reflexão, consideramos que o método biográfico, tendo como um de seus pressupostos que a narrativa individual encerra a realidade social incorporada pelo sujeito, ajusta-se ao quadro teórico adotado.

Outro pressuposto comum à teoria da prática de Pierre Bourdieu e ao método biográfico consiste em assumir a situação de entrevista como uma relação social na qual as relações de poder estão presentes (Bourdieu, 1983). Essa relação social foi objeto de uma explicitação, onde foram consideradas as condições em que ocorreram as entrevistas, as percepções das entrevistadoras e as reações das entrevistadas. Esse questionamento sobre a situação de entrevista entrou em nossas considerações como parte do material de análise, pois a conscientização do tipo de interação estabelecida trouxe subsídios para a análise posterior dos discursos. Cabe reforçar a idéia de que as falas das entrevistadas são mensagens a interlocutores determinados (as entrevistadoras) e só podem ser pensadas como um discurso entre os vários possíveis, elaborado por um mesmo indivíduo.

A coleta de dados através de entrevistas ditas livres dão oportunidade ao entrevistado de organizar o discurso conforme suas categorias e seu universo de pensamento. É, portanto, um discurso onde as partes e o todo se articulam. A articulação do discurso é, por si só, um elemento de análise, uma vez que as escolhas das categorias e as seqüências de sua ordenação foram dadas pelo narrador. Assim sendo, cada discurso foi tomado e analisado como um todo onde as partes estão relacionadas entre si, tendo presente a situação social dentro da qual foi construído. O discurso livre foi lido, organizado e interpretado a partir da grade teórica das pesquisadoras. Também nesse caso estamos diante de um recorte entre os vários possíveis, de uma leitura particular do material coletado.

A análise do material dos discursos insere-se no processo de reflexão sociológica contínua que acompanhou o processo de pesquisa, de acordo com o proposto pelo método biográfico. A análise esteve presente e foi constante na escolha dos entrevistados, na forma de conduzir as entrevistas, na captação de todos os elementos presentes na situação de entrevista, dos verbais aos não verbais e, finalmente, na organização coerente das informações visando a construção do objeto de conhecimento. Em resumo, a forma de análise esteve sempre determinada pelo objeto de estudo e pela proposta de trabalho.

A análise do material empírico foi pautada pelos conceitos definidos dentro da teoria praxiológica da ação. O nosso objeto de estudo está inserido no campo das relações familiares dentro de um

Família: Representação e Cotidiano

sistema de posições diferenciais que confere aos agentes que as ocupam papéis e status diversos. Se as entrevistas foram limitadas a agentes ocupando algumas posições dentro do campo, o referencial abrangeu a sua totalidade. Foi assim que pudemos entender a pouca referência à figura do marido por parte das esposas, os quais, em momento algum foram tomados por foco central para articulação dos discursos; ele é, a rigor, o agente implícito no campo, a condição primeira para a sua constituição; subentendido em todas as situações descritas nos discursos torna-se desnecessária a sua menção constante. A conjugação entre o dito e o não dito mostrou que a figura do marido é parte integrante das representações dessas mulheres, quer sejam mencionados ou não.

A delimitação do campo, pelas entrevistadas, ultrapassa os limites da família nuclear. Embora o foco e as primeiras categorias (em ordem de aparecimento) dos discursos digam respeito à família conjugal, os relacionamentos com a família mais ampla são um ponto de referência para todas. Dessa maneira, se os maridos são a possibilidade implícita de constituição da família nuclear, as famílias de origem estão presentes nas manifestações do “habitus” primário – na expressão dos valores considerados fundamentais e nos conflitos latentes provocados pelas novas conjunturas.

Assim, sem questionar a idéia de família, o discurso das mulheres expressa um desejo de mudança na alocação do poder dentro do campo. Reivindicam maior poder para decidir sobre suas próprias vidas, reafirmando constantemente a necessidade de preservação das relações familiares. O conflito situa-se entre o ser apenas para o outro e o ser também para si. As mudanças no sistema de distribuição de poder dentro do campo das relações familiares, subentendida na fala das mães, está explícita nos discursos das filhas. Ao considerarem o diálogo como elemento fundamental para o estabelecimento do bom relacionamento familiar estão, na realidade, propondo uma modificação nas relações de autoridade. Há uma pressão por maior liberdade por parte das filhas que repercute nas mães, devido ao fato de terem sido atingidas pelos novos valores (contestações dos anos 60 e 70), sem que tenham adotado mudanças fundamentais na prática cotidiana. Há uma preocupação das mães com o respeito à individualidade e liberdade das filhas, sem contudo abrir mão da autoridade que a sua posição no campo das relações familiares lhes outorga. O diálogo, as trocas de idéias, as confidências são tentativas, tanto por parte das mães, como por parte das filhas de influenciar o outro, de fazer valer os seus valores. Se as mães desejam maior poder, as filhas tentam a criação de um espaço familiar mais democrático, onde todos teriam direito à palavra e acesso às decisões.

Por definição, a ocupação de posições de maior ou menor poder dentro dos campos sociais está intimamente ligada à possibilidade de manipulação de determinados recursos que Bourdieu convencionou chamar de capitais. Nas suas práticas, os agentes utilizam certas estratégias (inconscientes) que visam ampliar ao máximo os seus lucros dentro de cada campo. As opções (quando há) entre trabalhar ou não trabalhar fora podem ser entendidas a partir desse referencial. Efetivamente, por parte das mulheres, há uma percepção de que só investindo na profissionalização elas podem criar condições para independência econômica e pessoal. Por sua vez, a escolarização é o instrumento para que possam pretender trabalhos mais qualificados.

Família: Representação e Cotidiano

Estabelece-se um balanço entre as vantagens e desvantagens de trabalhar fora, onde as tentativas de acomodação à situação doméstica e as racionalizações que acompanham a escolha do exercício de uma atividade profissional são o verso e o reverso da mesma situação. O objetivo principal é sempre encontrar um ponto de equilíbrio entre as condições materiais de vida, a representação do papel da mulher dentro da família e a situação (conjuntura). Há, no entanto, uma luta silenciosa e sutil que ocorre dentro do campo familiar visando a mudança das regras que regem as suas relações internas. O investimento na escolarização das filhas, como base para o exercício de uma profissão compensadora é uma estratégia para promover mudanças no campo. Entre as mulheres da classe trabalhadora, o controle da natalidade surge como a principal estratégia para melhoria da situação no campo; nos discursos das filhas esse mesmo princípio está incorporado em seus projetos de vida.

O compartilhar dos mesmos valores e o almejar as posições de mando dentro do campo, por parte dos agentes, reforçam e legitimam a própria existência do campo. Há uma constante realimentação dos ideais ligados ao campo da família que, mais do que qualquer outro é objeto do chamado “discurso de celebração”. O atributo de “célula mater.” da sociedade faz parte dos discursos sobre a família. Ela seria, assim, considerada o campo básico da estrutura social. O modelo a partir do qual todos os outros espaços sociais se ordenariam. Se a idéia é colocar a família como fundamento da sociedade e a mulher como esteio da família, a posição de “mãe de família” é envolvida por um poder que extravasa o campo das relações familiares.

Dentro dos diferentes campos a incorporação das características das posições ocupadas pelos agentes surge de maneira exemplar na relação mulher/família. Todo o discurso das mulheres expressa confusão entre posição e atributos individuais. Indivíduo e agente fundem-se e as mulheres se definem pela posição que ocupam no espaço social da família: elas são esposas, mães e donas de casa. A incorporação das características da posição é de tal modo profunda, como vimos, que as mulheres levam consigo para outros campos onde porventura atuem, a marca de sua posição no campo familiar, como se estivesse inscrita na sua natureza.

Essa identificação da mulher com a posição que ocupa no campo familiar, a ponto de considerar a família como uma extensão sua, em um perfeito processo simbiótico tem uma séria conseqüência: se esse é o campo definidor da sua identidade ele passa a ser fundamental para a sua existência como mulher. Isso, por si só justifica o empenho das mulheres (expresso nos discursos) na manutenção da família. Julgam-se as grandes responsáveis pela reprodução social, cada qual dentro das especificidades de classe. Por outro lado, a ideologia dominante toma as mulheres como alvo preferido nos discursos de exaltação da família, onde são celebradas e incensadas em sua posição de “rainha do lar”, à qual é atribuída significação quase sagrada. São discursos que reforçam a manutenção do “status quo”, procurando alimentar essa identificação da mulher com a sua posição dentro do campo, isto é, a posição de dominada que se vê como dominadora.

O que observamos da relação mulher/família foi dado pela representação das entrevistadas. Assim, do objeto empírico discursos de mulheres sobre família, e de uma visão inicial que justapunha mulher

Família: Representação e Cotidiano

e família indagando o como dessa associação, passamos para o nosso objeto de conhecimento, a representação de família para mulheres de classes sociais e gerações distintas. A partir da dicotomização inicial, fomos construindo um objeto relacional no decorrer da pesquisa. Como já dissemos, a construção desse objeto teve como referência o quadro teórico, os procedimentos metodológicos e o problema colocado.

A utilização de um referencial teórico – explicativo, compreensivo ou interpretativo – vai evitar a simples “tradução” da visão de mundo e das categorias do entrevistado para aquelas do pesquisador; tem-se a substituição de uma visão particular da sociedade por outra visão particular, sem a possibilidade de ascendermos a um nível de conhecimento mais amplo. São visões fragmentadas que necessitam de um elo, de um nexos que lhes dê sentido. Os discursos elaborados pelas entrevistadas não respondem diretamente à questão da pesquisa, mas fornecem elementos para uma análise, uma interpretação, que é o trabalho do cientista social. A visão que os entrevistados têm de determinados aspectos da vida social apresenta-se fragmentada e contraditória, da mesma maneira que a realidade cotidiana. Através do “filtro” da grade teórica, o pesquisador organiza e dá sentido aos muitos aspectos expressos nos discursos.

A relação indivíduo/sociedade foi uma preocupação que perpassou todo o trabalho, dado o quadro conceitual utilizado. A recuperação do indivíduo dentro da estrutura social e a captação da sociedade nas práticas e representações individuais constitui todo o esforço desenvolvido no esclarecimento do problema de pesquisa e na análise dos dados. Assumiu-se o pressuposto de que, ao lidarmos com as relações familiares estávamos diante de estruturas historicamente constituídas. Essas estruturas se modificam pela atuação dos agentes sociais, implicando na formação de novas conjunturas e eventualmente a modificação das próprias estruturas. Nesse sentido, a focalização de um conjunto de indivíduos em determinado momento, nas suas práticas e representações em um campo específico das relações sociais, constitui um trabalho de construção de um determinado aspecto do social.

Parece claro que, embora se tenha focalizado uma parte da realidade social, uma visão mais ampla de sociedade está implícita.

Dessa idéia de sociedade, presente nas pesquisadoras, decorreram a colocação do problema, a escolha do quadro teórico e dos referenciais metodológicos.

BIBLIOGRAFIA

- ABASTADO, Claude. "Raconte! Raconte... Les récits de vie comme objet sémiotique" in REVUE DES SCIENCES HUMAINES n. 191, 1983.
- ABREU, Ovídio – "O parentesco como sistema de representações: um estudo de caso" in VELHO, G. e FIGUEIRA, S. (org.) *Família, Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- ACCARDO, Alain. *Initiation a la Sociologie de l'Ilusionnisme Social*. Bordeaux: Le Mascaret, 1983.
- ACCARDO A et CORCUFF, P. *La Sociologie de Bourdieu*. Bordeaux: Le Mascaret, 1986
- BASTIDE, Roger. *Psicanálise e Sociedade*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1974.
- BERTAUX, Daniel et BERTAUX-VIAME, I. *Enquête sur la boulangerie artisanale em France*. Paris:Rapport au Cordes, 1980.
- BERTAUX, D. "L'Approche biographique: sa validité méthodologique, ses potencialités" in CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE, vol. LXIX, 1980, p.197-225.
- . "From the life-history approach to the transformation of sociological practice" in BERTAUX, D. (ed.) *Biography and society*. The life history approach in the Social Sciences. London and Berkley: Sage Publications, 1981 – cap. 2.
- . "L'Imagination méthodologique" in RECHERCHES SOCIOLOGIQUES, vol. XVI. No. 2, 1985, p. 269-279.
- BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz, 1972
- . *Le sens pratique*. Paris: Ed. De Minuit, 1980
- . *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983
- BOURDIEU, P. e outros. *Le métier de sociologue*. Paris/Haia: Mouton, 1973.
- BUITTONI, D.H.S. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.
- CAMARGO, Aspásia. *Carisma e personalidade política. Vargas: da conciliação ao maquiavelismo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1979.

Família: Representação e Cotidiano

- CAMARGO, A Rocha Lima e HIPOLITO, L. "O método de história de vida na América latina" in CADERNOS n. 19, Primeira Série, junho de 1984, p. 148-170.
- CIPRIANI, R. "Il caso di Villa Aurélia" in LA CRITICA SOCIOLOGICA no. 63-64, Roma, 1982-83.
- CORREA, Marisa. "Repensando a família patriarcal brasileira" in CADERNOS DE PESQUISA (37): 5-16, 1977
- . "Mulher e família: um debate sobre a bibliografia recente". BIB. Rio de Janeiro, n. 18, ANPOCS, segundo semestre de 1984, p. 27-44.
- GAGNON, Nicole. "On the analysis of life account" in BERTAUX, D. (ed.) *Biography and society. The life history approach in the Social Sciences*. London and Berkley: Sage Publications, 1981 p. 47-60.
- LALIVE D'EPINAY, Christian. "Récit de vie et connaissance scientifique" in RECHERCHES SOCIOLOGIQUES, vol. XVI n. 2, 1985.
- LINS DE BARROS, Myriam. *Autoridade e afeto (avós, filhos e netos na família brasileira)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987
- LOMNITZ, L. e LIZAUER-PEREZ, M. "Mulher e família na classe alta do México" in CADERNOS n. 14, primeira série, dez. 1981, p.181-192.
- MACHADO Netto, Zahidée. "As meninas – sobre o trabalho da criança e da adolescente na classe proletária". In CIÊNCIA E CULTURA, 32(5):671-683, junho 1980.
- MACIOTI, M.I. *Biografia, storia e società*. Napole: Liguori, 1985.
- MARTINS RODRIGUES, A. *Operário, Operária*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- MEDINA, Carlos Alberto de. "Família e Desenvolvimento" AMÉRICA LATINA, Rio de Janeiro, 12(2): 53-65, abr/jun. 1969.
- . *Família e Mudança: o familismo numa sociedade arcaica em transformação*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: CERES, 1974
- MICHEL, Andrée. *Activité professionnelle de la femme et vie conjugale*. Paris: CNRS, 1974
- MITCHELL, Juliet. "Mulheres, a revolução mais longa" in REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA Ano III, n. 14, jul. 1967 p.4-41.
- MORAES, M.Q. de. "A questão feminina" in ESTUDOS CEBRAP 16, ABR/MAI/JUN 1976 p.157-168
- . "Família e Feminismo" in CADERNOS DE PESQUISA, São Paulo, (37):44-51, maio 1981

Família: Representação e Cotidiano

- MOREIRA ALVES, Branca. "Depoimento" in LAPOUGE, M. et PISA, C. *Brasileiras*. Paris: Des Femmes, 1977, p. 30-46.
- MOREIRA LEITE, Miriam L. "Retrato de Casamento". Comunicação apresentada no IX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT "Família e Sociedade". Águas de São Pedro, 1985.
- MOREIRA, Renato Jardim. "A história de vida na pesquisa sociológica" in *SOCIOLOGIA*, vol XV, n.1 março 1953.
- MORIN, Françoise. "Pratiques anthropologiques et histoire de vie" in *CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE*, vol. LXIX, 1980. p. 313-339.
- MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1975
- NAGEL, Ernest. "Ciência: natureza e objetivo" in MORGENSEBESSER, S (org.) *Filosofia da Ciência*, São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975. p. 13-24.
- OAKLEY, Ann. *Woman's work. The housewife, past and present*. New York: Pantheon Books, 1974.
- Ortiz, Renato. "A procura de uma sociologia da prática" in ORTIZ (org.) *Pierre Bourdieu. Coleção Grandes Cientistas Sociais*, São Paulo: Atica, 1983 p.7-37.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. "Histórias de vida e depoimentos pessoais" in *SOCIOLOGIA*, vol. XV, n. 1, março 1953.
- PRANDI, Reginaldo. "A família para a Igreja" *CADERNOS DE PESQUISA*, São Paulo (37): 90-93, maio 1981.
- ROSEMBERG, Fulvia. *Modelos culturais da literatura infanto-juvenil brasileira*. Departamento de Pesquisas Educacionais, Fundação Carlos Chagas, 1980.
- SAFFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976
- SALEM, Tânia. *O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980
- , "Famílias em camadas médias: uma perspectiva antropológica" *BIB*, Rio de Janeiro, n. 21, p.25-39, primeiro semestre 1986.
- SARTI, Cinthya A. *É sina que a gente traz (ser mulher na periferia urbana)*. Dissertação apresentada à FFLCH/USP para obtenção do título de Mestre. São Paulo: 1985.
- SOARES, Dulce. *Vestido de noiva, rua São Caetano*. São Paulo: Raízes, 1981.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

Família: Representação e Cotidiano

----- . "A captação de informação nos dispositivos de pesquisa social: problemas de distorção e de relevância" in CADERNOS no. 16, Primeira Série, novembro de 1981.

THOMPSON, Paul. *The Edwardians: the remaking of British Society*. London: Wiedenfeld & Nicholson, 1975.

----- . "Des récits de vie a l'analyse du changement social" in CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE, vol. LXIX, 1980. p. 249-268.

TOURRAINE, Alain. *Em defesa da Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Von SIMSON, Olga R. M. *A burguesia se diverte no reinado de Momo - sessenta anos de evolução do carnaval na cidade de São Paulo (1855-1915)*. Dissertação apresentada a FFCCH/USP para obtenção do título de Mestre. São Paulo, 1984.

WRIGHT, E.O. and PERRONE, L. "Marxist class categories and income inequality" in AMERICAN SOCIOLOGICAL REVIEW, vol. 42, no. 1, Feb. 1977.

ZAMITI, Khalil. "Histoire de vie et société" in RECHERCHES SOCIOLOGIQUES, vol. XVI, no. 2, 1985, p.308-317.